



ATA NÚMERO DOIS

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, conforme convocatória, tendo como Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Fernando Ermida Rebelo, coadjuvado pela Primeira secretária Ana Margarida Amaro Ferreira dos Santos, e pela Segunda Secretária, em substituição, Liliana Aparício, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – Período antes da Ordem do Dia:

1. Tempo destinado ao público.
2. Assuntos de interesse da Freguesia.

II – Período da Ordem do Dia:

1. Informação escrita, prestada pelo Presidente do Executivo.
2. Apreciação, discussão e aprovação do Orçamento, Plano de atividades e PPI (Plano Anual de Investimentos).
3. Aprovação do Quadro de Pessoal da Freguesia de Viseu.
4. Apreciação da revisão efetuada à Norma de Controlo Interno (NCI).
5. Apreciação do Plano de Desenvolvimento Local – 2021-2025.
6. Proposta de atribuição de topónimo.
7. Análise da situação financeira da Freguesia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia procedeu à verificação da presença dos membros da Assembleia, estando todos presentes, com salvaguarda da presença de Liliana Aparício (PSD), por substituição, a pedido de Leonilde Alexandra Ferreira Correia de Sá (PSD). Atento que Leonilde Alexandra Ferreira Correia de Sá havia sido eleita Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, o Presidente da Mesa da Assembleia propôs a sua substituição por Liliana Aparício, e não havendo objeções, restabeleceu-se a integral composição da Mesa da Assembleia. O Executivo da Freguesia

fez-se representar, pelo seu Presidente Diamantino Amaral dos Santos, pela Secretária Ana Maria Lopes Damião, pelo Tesoureiro Francisco José da Cunha Marques, e pelos Vogais Jorge Manuel da Costa Pinto, Anabela Tavares de Abreu Sousa, Fernando de Oliveira Monteiro e Anabela Martins Pereira Cunha.

Verificada a existência de quórum, bem como as condições logísticas para o seu funcionamento, o Presidente da Mesa da Assembleia deu início à Sessão.

O Presidente da Mesa da Assembleia, a pedido do Presidente do Executivo da Junta de Freguesia sobre a introdução de dois novos pontos na Ordem de Trabalhos, questionou os Membros da Assembleia sobre se haveria alguma objeção à introdução dos mesmos na Sessão presente. Apenas o Membro da Assembleia Luís Teles (PS) chamou à atenção para a ausência de informação sobre os pontos a introduzir. O Presidente da Mesa da Assembleia pediu ao Presidente do Executivo que, aquando da discussão dos referidos pontos, elucidasse convenientemente os Membros da Assembleia. Não havendo quaisquer outras observações, o Presidente da Mesa da Assembleia introduziu na Ordem de Trabalhos dois novos pontos:

8. Autorização para acordos entre a Freguesia e o Município.
9. Autorização para celebração de protocolos com Instituições da Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia, em resposta a uma questão suscitada, previamente por correio eletrónico à Mesa, pelo Membro da Assembleia Maria Isabel Correia Júlio dos Santos (PS), com referência ao acesso, aquando da convocatória da Assembleia, aos documentos a discutir na mesma, em conformidade com o Regimento da Assembleia, esclareceu que havia necessidade de se apresentar um novo Regimento para a Assembleia, uma vez que o que transitava do mandato anterior, apresenta várias inobservâncias dos preceitos legais, em particular com a Lei n.º75/2013, de 12 de setembro. Ainda, acrescentou que tem havido, por parte do Executivo, um esforço para que os Membros da Assembleia tenham acesso aos documentos com a antecedência devida, não obstante a legislação aludir a quarenta e oito horas, à data da realização da Assembleia. O Membro da Assembleia Maria Isabel Correia Júlio dos Santos (PS) disponibilizou-se para colaborar na elaboração de um novo Regimento.

I – Período antes da Ordem do Dia:

1. Tempo destinado ao público.

Não houve quaisquer pedidos de participação.

2. Assuntos de interesse da Freguesia.

Carlos Abreu, do PSD, elencou as competências do Executivo da Freguesia, enaltecendo o trabalho desenvolvido, e em particular, as políticas do Executivo direcionadas para a juventude.

Carlos Cunha, do PS, interveio alertando para a problemática do estacionamento indevido, apresentando, subseqüentemente, uma proposta de “Recomendação” ao Município de Viseu, no sentido da identificação e remoção da via pública de automóveis em situação de abandono, bem como promover a revisão do Regulamento Municipal vigente, considerando que, o mesmo, data de 2005. Discutida a proposta de “Recomendação”, o Presidente da Assembleia apresentou-a a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Catarina Vieira, do BE, interveio apresentando um “Voto de Saudação” pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, celebrado em 25 de novembro; posto à discussão o “Voto” apresentado, João Paulo Sousa, do PSD, referiu que estando solidário com a evocação, não concordava com os considerandos que foram apresentados; o Presidente da Assembleia pôs o “Voto” à votação, tendo o mesmo sido aprovado com 11 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções. Ainda, Catarina Vieira, do BE, apresentou duas “Moções”: uma recomendando ao Município a classificação da Mata do Fontelo, como património natural e outra no sentido da reabertura do parque de campismo do Fontelo; após discussão, o Presidente da Assembleia pô-las à votação, sendo a primeira aprovada por unanimidade, e a segunda rejeitada, com 14 votos contra, 1 a favor e 4 abstenções. Por último, Catarina Vieira, do BE, questionou o Presidente do Executivo sobre se iria haver alguma consulta pública, quanto ao programa de prospeção e exploração de lítio.

Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, Diamantino Santos, que, agradeceu as intervenções efetuadas Respondendo às mesmas lembrou que a questão do Fontelo é um problema camarário e que deve ser tratado em sede de Assembleia Municipal. Quanto ao lítio desconhece-se que haja alguma perspectiva de exploração daquele minério na freguesia urbana.

II – Período da Ordem do Dia:

1. Informação escrita, prestada pelo Senhor Presidente do Executivo;

Iniciando o período da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, Diamantino Santos, que, no seguimento do documento previamente remetido a todos os Membros da Assembleia, destacou a política cultural da Freguesia, a consonância com o Município na infraestruturização contínua da Freguesia, embora nem sempre tão célere como desejado. Manifestou ainda o seu desejo de que a freguesia de Viseu continuasse a sua participação na ANAFRE após o Congresso de fevereiro de 2022.

Catarina Vieira, do BE, questionou o Presidente do Executivo a respeito da situação das casas de banho públicas, dos parques infantis adaptados às crianças com problemas de mobilidade, e ainda da iluminação da zona da Ribeira.

Isabel Júlio, do PS, interveio para se congratular com a atribuição do Prémio Ética no Desporto atribuído ao IPDJ, bem como com o 51.º aniversário do Clube de Judo de Viseu.

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, aconselhou Catarina Vieira, do BE a entregar a sua proposta à deputada na Assembleia Municipal; as casas de banho públicas não eram possíveis no Jardim de Santo António, como já tinha sido anunciado anteriormente. A manutenção dos parques infantis não eram da responsabilidade da freguesia, assim como a iluminação, que é também, responsabilidade do município.

2. Apreciação, discussão e aprovação do Orçamento, Plano de atividades e PPI (Plano Anual de Investimentos).

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, solicitou a maior atenção aos documentos que foram, em tempo oportuno, presentes aos Membros da Assembleia, frisando que estes se querem dinâmicos e em contínuo aperfeiçoamento. Continuou, dizendo que a pandemia obrigou a centrar a ação na parte social, sem esquecer os restantes campos de ação. Realçou que ouviu todos os partidos com assento na Assembleia, aquando da elaboração do orçamento e tomadas em consideração algumas propostas apresentadas pelos mesmos. Finalizou a sua intervenção

enfatizando que era no cumprimento da Lei 75/2013, que se balizavam as funções da freguesia, de forma clara, rigorosa e sem comprometer a saúde financeira da instituição.

Olga Pádua, do PS, interveio, para mencionar a fatia de 15% na “ação social”, cerca de 10.000 euros; questionou o recrutamento de pessoal, bem como o pessoal com contrato de trabalho a termo e qual a sua fundamentação.

Catarina Vieira, do BE, interveio, dizendo que este orçamento vinha na sequência de outros tantos orçamentos, como se de cópia se trata-se; questionou o Executivo, se a previsão de pagamentos era sustentável na receita. Por último, sugeriu uma maior participação dos cidadãos na elaboração do documento.

Rui Lima, do PS, interveio, na análise aos documentos em discussão, referindo tratar-se de um orçamento tecnicamente equilibrado; chamou a atenção para a rubrica “despesas de capital”, com referência concreta ao Cemitério; aludiu à falta da rubrica de formação para os funcionários da Junta; referiu que, face ao nível das transferências, parecia que a Câmara Municipal estaria a desinvestir na Freguesia. Por último, opinou que a Freguesia deveria criar valor, no sentido de aumentar as receitas próprias.

João Paulo Sousa, do PSD, interveio, para realçar que nos anos anteriores não houve a necessidade de orçamentos retificativos; que nos documentos apresentados, a orientação do Executivo ia de encontro às melhores práticas ambientais; que a grande fatia do orçamento era para despesas fixas e correntes, sendo o restante praticamente esgotado no apoio social e às associações da Freguesia.

Em resposta aos esclarecimentos que haviam sido suscitados, o Tesoureiro do Executivo da Freguesia, Francisco Marques, disse que o documento está de acordo com o regime simplificado, para as micro entidades; referiu ainda que o orçamento está de acordo com os 11 princípios e regras orçamentais, e foi certificado pelo contabilista competente. Realçou um aumento de 100% da verba para o apoio social, de 30.000,00€ para 60.000,00€, entendendo que a verba responderia às necessidades, ainda que possa vir a ser efetuado um reforço. Com referência ao quadro de pessoal, disse existirem 3 funcionários em situação de pré-reforma. Mencionou um aumento nos contratos a termo, por via do protocolo proposto e celebrado com o Município, através do qual foram contratados auxiliares educativos para a ESAM e ESEN. Um outro protocolo celebrado com a APPACDM vai permitir receber na Freguesia, um utente daquela instituição através de contrato de 2 anos. Mais informou que se conseguiu libertar verba da receita corrente para o capital de

investimento. Quanto às obras em curso era possível celebrar acordos de execução com o Município, e que no documento tentou-se incluir as obras com garantia de realização, como o parque de lazer de Marzovelos e o caminho nordeste da Cava de Viriato. Quanto à delegação de competências iria ser feito um reforço de 126.000,00€, com o assumir de novas responsabilidades nos espaços verdes da Freguesia. Esclareceu que, o Cemitério está sob a tutela da Freguesia e que tem sido feito investimento na manutenção do mesmo, incluído na rubrica de pequenas obras de proximidade. Referiu que, para a formação profissional não é necessário ter uma rubrica, sendo que a preocupação constante com este tipo de formação era existente e visível.

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, esclareceu que a formação contínua dos colaboradores da Freguesia era dinamizada pela ANAFRE; que o desenvolvimento do concelho refletia a vontade de coesão territorial, tida em conta no orçamento municipal a ser votado na próxima semana. Mais disse, que após as próximas eleições legislativas, a Freguesia possa receber capital vindo diretamente do poder central.

O Presidente da Assembleia colocou à votação o Orçamento; Plano de Atividades e PPI, tendo sido aprovado com 10 votos a favor do PSD, um voto contra do BE e 8 abstenções do PS.

3. Aprovação do Quadro de Pessoal da Freguesia de Viseu

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, comunicou a intenção do Executivo em criar, no próximo ano, 3 novos postos de trabalho, para o setor de espaços exteriores.

António Mouga Lopes, do PS, interveio para questionar quais os critérios de admissão dos novos recrutamentos.

Colocado à votação, o Quadro de Pessoal da Freguesia foi aprovado por unanimidade.

4. Apreciação da revisão efetuada à Norma de Controlo Interno (NCI)

Carlos Cunha, do PS, interveio, dizendo tratar-se de um documento útil para o acompanhamento da atividade da Freguesia, em particular a nível financeiro, frisando, no entanto, que não achava correto que o Executivo fosse a única entidade a verificar o cumprimento da Norma.

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, respondeu que colocar uma Norma Interna à apreciação, mostra a transparência com que se deseja trabalhar e que a Assembleia tenha conhecimento da mesma.

5. Apreciação do Plano de Desenvolvimento Local – 2021-2025

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, apresentou o Plano Desenvolvimento Local para 2021 2025, como um memorando de intenções da Freguesia, a concretizar durante este período.

Adelino Monteiro, do PSD, interveio para fazer uma breve análise do documento, referindo tratar-se de um documento bem elaborado e estruturado, tendo como ameaças à sua concretização, a dificuldade em reter talentos e a emigração dos jovens, mas evidenciando algumas oportunidades, designadamente a reabilitação habitacional e a melhor interligação das instituições de ensino superior, com os setores empresariais e económicos da região.

Catarina Vieira, do BE, interveio, alertando para os maiores problemas a resolver, mormente a falta de emprego e a destruição do comércio local.

Luís Teles, do PS, interveio, evidenciando que não obstante terem reunido com o Executivo, apresentando propostas e sugestões concretas, não viram espelhadas no documento a maioria delas, designadamente a requalificação de vários polidesportivos, o campo de padel, os equipamentos sanitários urbanos, os equipamentos de apoio nas paragens dos transportes públicos, bem como outras propostas no âmbito da cultura e suas infraestruturas.

O Presidente do Executivo, Diamantino Santos, salientou que, propositadamente, foram elencados os pontos fortes e os pontos fracos, o que o obriga a um trabalho continuado e exigente, um longo caminho a percorrer.

6. Proposta de atribuição de topónimo.

O Presidente da Executivo, Diamantino Santos, apresentou a proposta de atribuir o topónimo “Nuno Álvares Pereira” a uma praceta, na qual termina o arruamento com a mesma designação.

Luís Teles, do PS, interveio dizendo que aquela praceta tem uma qualidade urbana muito fraca, e que a rua Nuno Álvares Pereira era muito comprida; sugeriu a criação de uma lista de nomes que possam vir a ser utilizados, evitando a repetição dos mesmos.

Catarina Vieira, do BE, recomendou que não acontecesse o mesmo que aconteceu à Rua Beatriz Pinheiro; havendo heróis e heroínas viseenses, o porquê de atribuir nomes de personalidades como José Maria Escrivá. Propôs o topónimo Judite Teixeira, ainda que considere o espaço pouco digno para tão grande personalidade.

Carlos Cunha, do PS, propôs os seguintes nomes para atribuição toponímica: António Cabrita Grade, António Mouga, Judite Baila Antunes e arquiteto Oliveira Martins.

O Presidente da Assembleia sugeriu a elaboração de uma base de dados, na qual constem os cidadãos ilustres, que mereçam constar na toponímia da Cidade, com o respetivo currículo.

Colocada a Votação a proposta de toponímia, a mesma foi aprovada com 10 votos a favor do PSD, um voto contra do BE e 8 abstenções do PS.

7. Análise da situação financeira da Freguesia.

O Tesoureiro do Executivo da Freguesia, Francisco Marques, informou que o documento no qual está plasmada a situação financeira da freguesia era acessível e, portanto, do conhecimento de todos estando o mesmo disponível para o esclarecimento de qualquer dúvida.

8. Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências e de Acordos de Execução, entre a Junta de Freguesia de Viseu e a Câmara Municipal de Viseu, autorização genérica, ao abrigo da alínea i, do artigo 9.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Executivo solicitou a devida autorização à Assembleia para a possibilidade da celebração de acordos entre a Freguesia e o Município.

Colocado à votação o pedido de autorização em apreço, o mesmo foi aprovado com 10 votos a favor do PSD, 8 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.

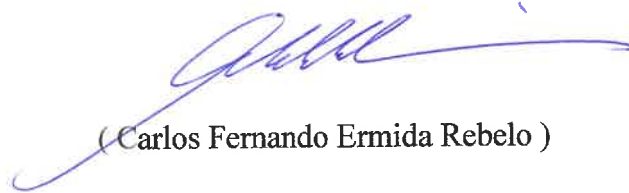
9. Autorização para celebração de Protocolos com Instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia, autorização genérica, ao abrigo da alínea i, do artigo 9.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Executivo solicitou a devida autorização à Assembleia para a possibilidade da celebração de Protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da Freguesia

Colocado à votação o pedido de autorização em apreço, o mesmo foi aprovado com 10 votos a favor do PSD, 8 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Fernando Ermida Rebelo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, deu por encerrada a Sessão e dela se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, vai ser assinada para que conste.

O Presidente da Mesa da Assembleia



(Carlos Fernando Ermida Rebelo)